

LEI Nº 761

DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E NATURAL DO  
MUNICÍPIO E CRIA O ÓRGÃO COMPETENTE

O povo de Angelina, através de seus representantes, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município

Art. 1º: Constituem Patrimônio Histórico e Artístico do Município, de Angelina, os bens móveis e imóveis existentes, no seu território cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos históricos notáveis, quer por seu valor cultural a qualquer título.

— 1º: Equiparam-se aos bens a que se refere o "caput" do presente artigo, e são sujeitos ao tombamento, os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza.

— 2º: Os bens a que se refere o presente artigo só passarão a integrar o Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município com a sua inscrição, isolada ou agrupadamente, no competente livro de tombo.

Art. 2º: A presente Lei se aplica às coisas pertencentes tanto às pessoas naturais, como às pessoas jurídicas de direito privado e público.

Art. 3º: Os bens tombados pela União e pelo Estado serão, também, pelo Município, de ofício.

Art. 4º: O serviço do Patrimônio Histórico do Município ficará a encargo da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

## CAPÍTULO II

### Do Tombamento

Art. 5º: A Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, possuirá um livro de tombo, no qual serão inscritos os bens mencionados no artigo 1º da presente Lei.

Art. 6º: O tombamento dos bens pertencentes a União, ao Estado e ao próprio Município, por ordem da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto sendo notificada a entidade a que pertencer.

\_ único: A notificação a que se refere o "caput" do presente artigo, se fará na pessoa titular do órgão, em Angelina, sob cuja guarda estiver o bem tombado.

Art. 7º: O tombamento do bem pertencente a pessoa natural ou pessoa jurídica de direito privado será feito voluntária ou compulsoriamente.

Art. 8º: Proceder-se-á ao tombamento voluntário, sempre que o proprietário solicitar, e o bem se revestir dos requisitos necessários para constituir parte integrante do Patrimônio Histórico, artístico e natural do Município a juízo do órgão competente da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, ou quando o proprietário anuirmo por escrito, à notificação que se fizer para a inscrição do bem no livro de tombo.

Art. 9º: Proceder-se-á ao tombamento compulsório quando o proprietário opuser obstáculo a inscrição do bem.

Art. 10º: O tombamento compulsório obedecerá ao seguinte processamento:

I - A Secretaria de Educação, Cultura e Desporto notificará o proprietário para anuir ao tombamento, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da notificação, ou, querendo impugna-lo, oferecer as suas razões.

II - No caso de não haver impugnação dentro do prazo da Lei, a Secretaria de Educação, Cultura e Desporto procederá a competente inscrição.

III - Oferecida tempestivamente a impugnação, caberá a Secretaria de Educação, Cultura e Desporto sustentar o fundamento do tombamento, remetendo o processo, em seguida ao órgão competente que deverá manifestar na reunião seguinte.

Art. 11º: O tombamento dos bens a que se refere o artigo 7º da presente Lei, será provisório ou definitivo conforme esteja o respectivo processo iniciado pela notificação ou concluído pela inscrição dos mesmos no livro de tombo.

\_ único: Para todos os efeitos, salvo disposto no artigo 14 da presente Lei, o tombamento

provisório se equipará ao definitivo.

Art. 12º: Equipara-se ao proprietário, para os efeitos da presente Lei, o titular do domínio útil, possuidor ou detentor a qualquer título.

### CAPÍTULO III

#### Efeitos ao Tombamento

Art. 13º A alienabilidade dos bens tombados, de propriedade de pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, sofrerá as restrições constantes desta Lei.

Art. 14º: O tombamento definitivo dos bens de propriedade particular, será por iniciativa da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, averbado ao lado de cada registro competente.

\_ 1º: No caso de transferência de propriedade, a qualquer título, dos bens imóveis tombados, deverá o adquirente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o respectivo valor, fazê-la constar no registro ainda que se trate da transmissão resultante de sentença judicial de qualquer natureza.

\_ 2º: A transferência de bem móvel tombado deverá ser notificada a Secretaria de Educação, Cultura e Desporto no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) no valor do bem.

\_ 3º: O deslocamento do bem móvel tombado, de um Distrito ou sub- Distrito para outro no mesmo prazo fixado no parágrafo anterior e sob a mesma pena, deverá ser solicitada à Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

Art. 15º: O bem móvel tombado não poderá sair do Município senão por outro prazo e com a finalidade de intercâmbio cultural, a juízo da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

Art. 16º: A excessão da hipótese prevista no artigo anterior, a tentativa de transferência do bem tombado para fora do Município, será punível com multa de 50% (cinquenta por cento) do valor do bem.

\_ único: Persistindo a intenção do proprietário do bem móvel tombado em transferi-los para fora do Município, será decretada sua utilidade pública para fins de desapropriação, e requerido se sequestro na forma dos artigos (822) e seguintes do Código de Processo Civil.

Art. 17º: No caso de extravio ou furto de qualquer objeto tombado, o seu proprietário deverá dar conhecimento do fato à Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de multa no valor de 10% (dez por cento) do valor

do bem.

Art. 18º: Os bens tombados não poderão ser, em nenhuma hipótese destruídos, demolidos, mutilados ou restaurados, sem prévia autorização especial da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, sob pena de embargo e multa no valor de 100% (cem por cento) do dano causado, além das cominações previstas no artigo 23.

Art. 19º: Sem prévia autorização da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, não será permitido nas vizinhanças de bem imóvel tombado, fazer obra de qualquer espécie, que impeça ou reduza a visibilidade, sob pena de ser determinada a demolição da obra às expensas do proprietário, e de lhe ser imposta multa de até 50 (cinquenta) salários mínimos.

\_ 1º: Será considerada vizinhança toda a área adjacente ao bem tombado cuja dimensão estará mencionada no próprio decreto de tombamento.

\_ 2º: A proibição a que se refere o presente artigo, estende-se a tapumes, painéis de propaganda, ou qualquer outros objetos cuja colaboração iniciará nas mesmas punições.

Art. 20º: O proprietário, que comprovadamente não dispuser de recursos, para proceder conservação e reparo que a coisa tombada requerer, levará ao conhecimento da Secretária de Educação, Cultura e Desporto, a necessidade dos mesmos, sob pena de multa correspondente ao dobro do valor da obra necessária.

\_ 1º: Recebida a comunicação e consideradas necessárias as obras, a Secretaria de Educação Cultura e Desporto, mandará executa-la à conta do Município, no prazo de 6 (seis) meses levando a débito do proprietário o valor da obra, ou solicitará ao Prefeito Municipal, a desapropriação do bem.

\_ 2º: Na falta de quaisquer das providências previstas no parágrafo anterior, poderá o proprietário requerer o cancelamento do tombamento.

Art. 21º: Verificado por parte da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, urgência na realização de obras de reparo e conservação do bem tombado poderão estas ser realizadas pelo Município, independente da comunicação a que se refere o "caput" do artigo anterior.

Art. 22º: Os bens tombados ficarão sujeitos a vigilância permanente da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, que poderá inspeciona-los sempre que julgar conveniente, não podendo os respectivos proprietário ou responsáveis criar obstáculos à inspeção, sob pena de multa de até 10 (dez) salários mínimos elevada ao dobro na reincidência.

Art. 23º: Os atentados cometidos contra os bens de que trata o artigo 1º desta Lei, serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio Público.

## CAPÍTULO IV

### Do Direito de Preferência

Art. 24º: Em face da alienação onerosa de bens tombados, pertencentes a pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, o o Município terá direito de preferência, na forma do artigo 22 do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

\_ 1º: Os bens serão oferecidos prévia e obrigatoriamente ao Município pelo mesmo preço, usando este seu direito de preferência no prazo de 30 (trinta) dias sob a pena de perde-lo.

\_ 2º: É nula a alienação realizada com violação ao disposto no parágrafo anterior, ficando o Município habilitado a sequestrar o bem e impor multa de 20% (vinte por cento) do valor da operação, ao transmitente e adquirente, que serão solidariamente responsáveis.

\_ 3º: A nulidade será declarada, na forma da Lei, pelo juiz que conceder o sequestro, o qual será levantado após satisfeita a multa e transferido o bem para o Patrimônio Municipal.

\_ 4º: O direito de preferência, não impede ao proprietário de gravar o bem tombado, por penhor, hipótese ou anticrêse.

\_ 5º: Nenhuma venda judicial de bem tombado que poderá realizar sem o Município na qualidade de titular de direito de preferência seja disso notificado judicialmente, não podendo ser expedidos os editais de praça antes da notificação.

\_ 6º: Ao Município, caberá o direito de remissão se dela não lançarem mão, até a assinatura de auto de arrematação ou até a sentença da adjudicação, as pessoas que, na forma da Lei, tiverem a faculdade de remir.

\_ 7º: O direito de remissão poderá ser expedido dentro de 5 (cinco) dias a partir da data de assinatura do auto de arrematação ou da sentença de adjudicação, não se podendo extrair a carta competente, enquanto não se esgotar tal prazo.

## CAPÍTULO V

### Disposições Gerais

Art. 25º: O Poder Executivo, providenciará a realização de convênios com a União e o Estado, e de acordo com pessoas naturais ou jurídicas de direito, visando a plena consecução dos objetivos da presente Lei.

Art. 26º: As legislações federais e estaduais serão aplicadas subsidiariamente pelo Município.

Art. 27º: Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente Lei no que se fizer necessário.

Art. 28º: Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Angelina, 10 de outubro de 1997.

**MAURO JONCK**  
**Prefeito Municipal**